



RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS (DGHR) DO FP-SADC À 56.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA ACOLHIDA PELO PARLAMENTO DA REPÚBLICA DE ANGOLA DE 8 A 15 DE DEZEMBRO DE 2024

Sr. Presidente, venho solicitar a aprovação por esta Assembleia Plenária do Relatório da Comissão Permanente de Democratização, Governação e Direitos Humanos à 56.^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC apresentado à mesa desta Assembleia no dia 11 de Dezembro de 2024.

ÍNDICE

1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	4
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO	4
3.0	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES	4
4.0	CONTEXTO	4
5.0	RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	5
5.1	Estratégias para os Parlamentos da SADC Reforçarem as Suas Funções de Supervisão e Legislativas na Promoção da Construção e Consolidação da Democracia nos Estados-Membros	5
5.2	Estratégias para Travar a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC), a Utilização de Armas Explosivas em Áreas Populadas e o Crescimento de Sistemas de Armas Autónomos	6
5.3	Medidas para Melhorar a Transparência e a Integridade Eleitorais para Prevenir a Violência Pós-Eleitoral e Reforçar a Confiança nos Processos Eleitorais	7
5.4	Estratégias para os Estados Membros da SADC Protegerem os Direitos Eleitorais	8
5.5	Estratégias para Combater a Disseminação de Desinformação e Propaganda nas Redes Sociais Durante as Eleições, Equilibrando a Liberdade de Expressão	8
5.6	Como podem os Sistemas Eleitorais e os Processos Políticos ser Reformados para uma Maior Participação e Representação dos Jovens nas Eleições e na Governação?	8
6.0	DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	9
6.1	Estratégias para os Parlamentos da SADC Reforçarem as suas Funções de Supervisão e Legislativas na Promoção da Construção e Consolidação da Democracia nos Estados Membros	9
6.2	Estratégias para Travar a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (SALW), a Utilização de Armas Explosivas em Zonas Povoadas e o Aumento dos Sistemas de Armas Autónomas	10
6.3	Medidas destinadas a melhorar a transparência e a integridade eleitorais para prevenir a violência pós-eleitoral e reforçar a confiança nos processos eleitorais	11
6.4	Como os Estados Membros da SADC podem Proteger os Direitos Eleitorais 12	
6.5	Estratégias para Combater a Disseminação de Desinformação e Propaganda nas Redes Sociais Durante as Eleições, Equilibrando a Liberdade de Expressão	12
6.6	Como é que os Sistemas Eleitorais e os Processos Políticos podem ser Reformados para uma Maior Participação e Representação da Juventude nas Eleições e na Governação?	12

8.0 ANEXOS..... 14

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

No dia da reunião, estiveram presentes os seguintes membros da Comissão:

1. Dep. Leonard Mwalwanda (Malawi) (*Presidente*)
2. Dep. Ruth Mendes (*representante para Dep. Pedro Sebastiao*) Angola
3. Dep. Francoise Ndokwa Bemba RDC
4. Dep. Napo Moshoeshoe Lesoto
5. Senador Isaac Mmemo Magagula, Esuatini
6. Dep. Ratsiraka Sophie Soamiadana Madagascar
7. Deputada. Utaara Mootu, Namíbia
8. Deputado. Richard Labrosse, Seicheles
9. Deputado. Selemani Jumanne Zedi, Tanzânia
10. Deputado. Victor Lumayi, Zâmbia
11. Dep. Tendai Nyabani Zimbábue
12. Botsuana (o Parlamento foi dissolvido à luz das eleições de 30 de Outubro)
13. Maurícia (Dissolução do Parlamento à luz das eleições de 10 de Novembro)
14. Moçambique (O Parlamento foi dissolvido à luz das eleições de 9 de Outubro)
15. África do Sul (o Deputado ainda não foi designado após as eleições gerais de 29 de Maio)

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Democratização, Governação e Direitos Humanos (DGHR) lida com questões relativas à democratização e governação, incluindo uma governação aberta, transparente e responsável, democracia, participação política, incluindo eleições, segurança, paz e estabilidade, com base na responsabilidade colectiva, estado de direito, direitos humanos, e resolução de conflitos, entre outras. Os termos de referência específicos da comissão estão estipulados na alínea d) do artigo 42.º do Regimento Interno do FP-SADC.

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES

A Comissão DGHR realizou a sua sessão virtual de audição pública em 25 de Outubro de 2024 sob o tema: *“Alavancar o papel do Fórum Parlamentar da SADC na facilitação da participação dos cidadãos na integração regional da SADC para uma maior responsabilização e um desenvolvimento socioeconómico inclusivo”*.

4.0 CONTEXTO

A Sessão de Audiência Pública de 2024 destacou a importância da participação dos cidadãos e o papel do FP da SADC na promoção da responsabilização, do desenvolvimento inclusivo e da coesão social no âmbito dos esforços de integração da SADC. Os contributos centraram-se nas principais áreas temáticas destinadas a reforçar a governação democrática e a participação dos cidadãos, incluindo o reforço do papel dos Parlamentos da

SADC, a melhoria dos processos eleitorais, a protecção dos direitos eleitorais e a abordagem dos desafios de segurança regional.

O reforço das funções de supervisão e legislativas dos Parlamentos da SADC foi um dos principais temas abordados, com propostas para reforçar o seu papel na promoção da democracia e da consolidação democrática, sublinhando a necessidade de um maior empenhamento e de quadros legislativos mais fortes. A melhoria da transparência e da integridade eleitorais foi igualmente sublinhada, com medidas recomendadas para prevenir a violência pós-eleitoral, promover a confiança e garantir eleições credíveis. Esta questão estava ligada à protecção dos direitos eleitorais, em especial dos grupos marginalizados e vulneráveis, garantindo o direito de voto, de elegibilidade e de acesso à informação.

Os debates centraram-se igualmente na domesticação da Lei Modelo da SADC sobre as Eleições, abordando os desafios e as oportunidades, e salientando o papel da sociedade civil na promoção da sua adopção e implementação para normalizar as práticas eleitorais e reforçar a governação democrática. Foi levantada a questão da desinformação nas redes sociais durante as eleições, tendo sido propostas estratégias para combater a desinformação e, ao mesmo tempo, salvaguardar a liberdade de expressão para manter a integridade eleitoral na era digital.

A participação e a representação dos jovens na governação foram também debatidas, tendo sido salientada a necessidade de reformas eleitorais para garantir um maior envolvimento dos jovens e criar espaços que lhes permitam contribuir activamente para a tomada de decisões. Foram abordadas questões humanitárias e de desarmamento, nomeadamente medidas para travar a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre (SALW), a utilização de armas explosivas em zonas povoadas e o aumento dos sistemas de armamento autónomos.

O impacto destas questões na segurança regional foi sublinhado, com apelos a medidas mais fortes para reduzir a sua propagação e atenuar os seus efeitos negativos na paz e na estabilidade.

5.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

5.1 Estratégias para os Parlamentos da SADC Reforçarem as Suas Funções de Fiscalização e Legislativas na Promoção da Construção e Consolidação da Democracia nos Estados-Membros

Foram apresentadas duas comunicações de peritos no âmbito desta área temática. Olufunto Akinduro, responsável sénior do Programa Regional para a África e a Ásia Ocidental do International IDEA, apresentou os resultados do Relatório sobre o Estado Global da Democracia 2024, que avaliou o desempenho democrático em 173 países utilizando 165 indicadores. O relatório revelou um declínio global premente da democracia, com uma em cada três pessoas a votar actualmente em países onde a qualidade das

eleições se deteriorou nos últimos cinco anos. Isto inclui o aumento das disputas sobre os resultados eleitorais, a redução da participação dos eleitores e o retrocesso democrático, especialmente em termos de representação e direitos. Mesmo as democracias com elevado desempenho, nomeadamente na Europa e nas Américas, registaram mais retrocessos do que progressos.

Na África Austral, os desafios democráticos concentram-se na representação e nos direitos, com uma diminuição da afluência às urnas, um aumento dos protestos e progressos desiguais em matéria de igualdade entre homens e mulheres. Embora a administração eleitoral tenha melhorado, a contagem dos votos e as irregularidades nas votações continuam a ser uma preocupação importante. A apresentação de Akinduro sublinhou o papel fundamental dos parlamentares da SADC no reforço das instituições democráticas, na defesa da integridade eleitoral e na promoção de uma governação inclusiva. As suas acções são cruciais para garantir eleições credíveis e proteger os direitos dos eleitores, em particular dos grupos marginalizados.

O Dr. Augustine Magolowondo, da Democracy Works Foundation, sublinhou o papel vital dos partidos políticos na consolidação democrática na África Austral. Apesar da sua importância, os partidos políticos da região enfrentaram desafios internos que limitaram a sua eficácia, incluindo a falta de democracia intra-partidária, a liderança orientada pela personalidade e as fracas estruturas de filiação. Magolowondo categorizou os partidos políticos da África Austral em três gerações, cada uma enfrentando questões únicas, como o clientelismo, a baixa responsabilidade interna e os desafios colocados pela tecnologia digital, que oferece canais alternativos de envolvimento político. A sua apresentação apelou a reformas para reforçar o papel dos partidos políticos na governação num cenário digital em evolução.

5.2 Estratégias para Travar a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC), a Utilização de Armas Explosivas em Áreas Superpovoadas e o Crescimento de Sistemas de Armas Autónomas

Foram recebidas três propostas que abordam questões críticas de desarmamento e humanitárias na África Austral, centradas na proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre (SALW), na utilização de armas explosivas em zonas povoadas e no aumento dos sistemas de armas autónomas.

A Sra. Pauline Demper, Coordenadora Nacional do NANGO Trust, Namíbia, discutiu os impactos adversos da proliferação de ALPC na segurança, citando ligações a crimes como o tráfico de droga, o tráfico de seres humanos e a violência baseada no género. Apesar dos enquadramentos proporcionados pelo Protocolo da SADC sobre Armas de Fogo e pelo Programa de Acção das Nações Unidas (UNPoA), continuam a existir desafios na contenção das ALPC devido à paralisação dos esforços de implementação, como a dissolução do Secretariado do Plano de Acção Nacional da Namíbia. Demper apelou a uma maior atenção às políticas que tenham em conta a questão do género, a fim

de abordar a forma como as ALPC afectam as mulheres de forma desproporcionada, como o demonstram as estatísticas sobre a violência com armas de fogo.

Joseph Dube, Director do Desarmamento e Controlo de Armas da África do Sul, sublinhou o custo humanitário das armas explosivas em zonas povoadas. Com base em zonas de conflito como Gaza, Ucrânia e Sudão, Dube destacou as graves vítimas civis e os danos a longo prazo às infraestruturas críticas. A Declaração Política de 2022 sobre o Reforço da Protecção Civil apela aos Estados para que limitem a utilização de armas explosivas nessas zonas e reforcem a ajuda aos civis afectados. Dube instou os países da SADC a subscreverem esta declaração e a adoptarem medidas de protecção.

Edwick Madzimure, Director da WILPF Zimbábue, defendeu uma acção urgente contra os sistemas de armas autónomas, instando os parlamentares a apoiarem um compromisso global para impedir o seu desenvolvimento. Argumentou que as armas autónomas correm o risco de aprofundar as desigualdades sociais e reforçar os sistemas de militarismo e patriarcado, promovendo a violência e o controlo social. Madzimure sublinhou a necessidade de proibir as armas autónomas e de abordar os sistemas opressivos que permitem a sua criação.

5.3 Medidas para Melhorar a Transparência e a Integridade Eleitorais para Prevenir a Violência Pós-Eleitoral e Reforçar a Confiança nos Processos Eleitorais

Foram recebidas duas contribuições no âmbito desta área temática, apresentadas por Tendai Shepard Mbanje, estudante de doutoramento em Direito Internacional dos Direitos Humanos do Centro Africano de Governança, e por François Musampwa, membro do Parlamento Juvenil da África Austral, da RDC. Ambas as contribuições sublinharam a necessidade urgente de melhorar a integridade eleitoral na União Africana e nas suas Comunidades Económicas Regionais. A apresentação de Mbanje sublinhou o declínio da democracia em várias regiões, citando desafios como ciclos eleitorais inconclusivos, disputas políticas e eleitorais não resolvidas, manipulação de processos eleitorais, adulteração constitucional e supressão da concorrência política, que comprometem a credibilidade eleitoral. O Sr. Musampwa manifestou a sua preocupação com o financiamento das campanhas, a desinformação e a gestão inadequada das tecnologias eleitorais, que, no seu conjunto, minam a confiança do público nos processos democráticos.

A apresentação do Sr. Musampwa centrou-se na promoção de eleições transparentes e justas, que são essenciais para a estabilidade política e o crescimento económico de África. Destacou dois obstáculos fundamentais: leis eleitorais tendenciosas que favorecem os partidos no poder e prejudicam a oposição, e a falta de independência das comissões eleitorais, que corroem a confiança do público e desencadeiam distúrbios pós-eleitorais. Musampwa apelou à implementação da Lei Modelo da SADC sobre Eleições para

estabelecer leis eleitorais robustas e imparciais e reforçar a independência dos órgãos eleitorais.

5.4 Estratégias para os Estados Membros da SADC Protegerem os Direitos Eleitorais

O Sr. Nsama Patrick Mpundu, Presidente do 3º Parlamento Juvenil da África Austral, da Zâmbia, fez uma apresentação convincente sobre a importância de proteger os direitos eleitorais das populações marginalizadas e vulneráveis nos Estados Membros da SADC. Sublinhou a importância da justiça e o direito de todos os cidadãos a participarem na governação e destacou os principais desafios: acesso limitado à informação eleitoral para as populações rurais e analfabetas, intimidação política e corrupção. O Comissário salientou igualmente a necessidade de tecnologia para garantir a integridade eleitoral e de líderes competentes, orientados pela integridade. Por último, apelou ao reforço dos quadros jurídicos para proteger os direitos eleitorais e defendeu a existência de órgãos eleitorais transparentes e de um sistema judicial independente.

5.5 Estratégias para Combater a Disseminação de Desinformação e Propaganda nas Redes Sociais Durante as Eleições, Equilibrando a Liberdade de Expressão

O Dr. Victor Shale, Director-Geral do Gabinete do Director Executivo da Comissão Eleitoral Independente da África do Sul (CEI), apresentou a proposta em nome da CEI e do Fórum das Comissões Eleitorais dos Países da SADC (ECF-SADC). A apresentação centrou-se nas disposições dos Princípios e Directrizes para a Utilização dos Media Digitais e Sociais nas Eleições em África, adoptados pela Associação das Autoridades Eleitorais Africanas (AAEA) em Fevereiro de 2024, e delineou os princípios e directrizes para a gestão dos media digitais e sociais para proteger a integridade eleitoral em África. A apresentação reconheceu que as redes sociais podem tanto apoiar como prejudicar os processos eleitorais e, por conseguinte, as directrizes destinam-se a estabelecer um equilíbrio através de um quadro baseado nos direitos. O Dr. Shale explicou que o documento abrange a regulamentação, a monitorização, a literacia digital e as parcerias para mitigar a desinformação e promover a transparência e a equidade. O documento também destaca a importância de estruturas legais que salvaguardem os direitos eleitorais e apela a esforços de colaboração com plataformas de redes sociais para monitorizar e combater a desinformação relacionada com as eleições.

5.6 Como podem os Sistemas Eleitorais e os Processos Políticos ser Reformados para uma Maior Participação e Representação dos Jovens nas Eleições e na Governação?

Misheck Gondo, Coordenador Regional do Fórum da Juventude da África Austral (SAYoF), fez uma apresentação sobre a importância das reformas dos processos eleitorais e políticos para aumentar a participação e representação da juventude na governação em toda a região da SADC. Salientou que os

jovens, que constituem mais de 60% da população da região, trazem novas perspectivas e abordagens inovadoras, que podem reforçar os processos democráticos, aumentar a responsabilização e promover o crescimento inclusivo. Ele observou que um maior envolvimento dos jovens é essencial para a democracia inclusiva e o desenvolvimento sustentável. Gondo apelou a reformas políticas, ao reforço das capacidades, a um maior acesso aos processos políticos, à utilização responsável da tecnologia e à criação de quadros favoráveis aos jovens, de quotas e de espaços seguros para que os jovens passem de meros participantes a líderes.

Maureen Shonge, da ONU Mulheres-África Oriental e Austral, elogiou a apresentação anterior e destacou as reformas dirigidas às mulheres jovens. Ela observou que a capacitação dos jovens, especialmente das mulheres, na governação promove a democracia inclusiva e fortalece as estruturas de governação. Shonge sublinhou a necessidade de criar ambientes seguros e inclusivos e políticas favoráveis aos jovens, bem como de abordar barreiras sistêmicas como a limitação de recursos, a falta de educação cívica e a discriminação baseada no género.

6.0 DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Após as apresentações dos peritos e dos cidadãos, o Comité deliberou sobre as questões levantadas e decidiu recomendar à 56^a Assembleia Plenária o seguinte:

6.1 Estratégias para os Parlamentos da SADC Reforçarem as suas Funções de Supervisão e Legislativas na Promoção da Construção e Consolidação da Democracia nos Estados Membros

- (i) **Instar** os países da SADC a reverem e actualizarem os quadros jurídicos para os processos eleitorais, a fim de se alinharem com a Lei Modelo da SADC sobre Eleições e os Princípios e Directrizes da SADC revistos que regem as eleições democráticas.
- (ii) **Exortar** o FP SADC a utilizar o seu mandato alargado e a Lei Modelo da SADC sobre Eleições para defender a integridade eleitoral e processos democráticos credíveis em toda a região.
- (iii) **Instar** o FP SADC a colaborar com a ECF-SADC e as redes da sociedade civil para promover iniciativas de reforma eleitoral em conformidade com a Lei Modelo.
- (iv) **Instar ainda** os partidos políticos a:
 - (a) Implementar mecanismos internos que promovam a democracia no seio das suas estruturas, permitam aos membros participar na tomada de decisões e responsabilizem os líderes para reforçar a credibilidade democrática;
 - (b) introduzir regulamentos para reduzir a dependência de figuras dominantes, incentivar a responsabilização dos líderes e travar a síndrome do “grande homem” nas estruturas partidárias; e

- (c) Desenvolver sistemas fiáveis de identificação de membros e bases de dados para acompanhar com precisão as filiações partidárias, melhorar a estrutura organizacional e evitar a filiação interpartidária.
- (d) dar prioridade ao desenvolvimento de capacidades para utilizar eficazmente as plataformas digitais para o envolvimento e a transparência, assegurando que permanecem relevantes e competitivos na era digital.

6.2 Estratégias para Travar a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (SALW), a Utilização de Armas Explosivas em Zonas Povoadas e o Aumento dos Sistemas de Armas Autónomas

SALW

- (i) **Encorajar** a necessidade urgente de restabelecer e financiar adequadamente os Pontos Focais Nacionais em toda a SADC para coordenar eficazmente os esforços de redução das ALPC.
- (ii) **Apelar** ao reforço da aplicação das estratégias do Programa de Acção das Nações Unidas para combater os fluxos ilícitos de armas, incluindo uma melhor colaboração transfronteiriça e a aplicação da lei por parte dos governos da SADC.
- (iii) **Instar** à promoção de políticas de controlo das ALPC que tenham em conta as vulnerabilidades específicas das mulheres e garantam a equidade de género em todas as iniciativas relativas às ALPC.
- (iv) **Apelar** ao reforço da colaboração internacional, em particular com a iniciativa da UA “Silenciar as Armas”, a fim de garantir esforços coesos de controlo de armas em toda a região.

Armas explosivas em zonas povoadas

O FP da SADC:

- (i) Incentiva os países da SADC a aprovarem e implementarem a Declaração para minimizar os danos causados aos civis; actualmente, apenas três dos 16 Estados da SADC a aprovaram.
- (ii) Promove a sensibilização e a tomada de medidas para evitar danos a civis provocados por armas explosivas em zonas povoadas, assegurando simultaneamente um acesso humanitário rápido e seguro às regiões afectadas, para que estas possam receber assistência e apoio em tempo útil.
- (iii) Incentiva a utilizar os canais diplomáticos para desencorajar a utilização de tais armas em zonas povoadas, tendo em conta os impactos civis directos e indirectos.
- (iv) Apoia os esforços de assistência e protecção das vítimas, em cooperação com organizações como a ONU, o CICV e grupos da sociedade civil.
- (v) Defende a participação dos Estados na conferência de acompanhamento a realizar na Costa Rica em Julho de 2025, com o

objectivo de obter um apoio mais amplo e orientações práticas para a aplicação da Declaração.

Sistemas de Armas Autónomas

- (i) **Insta** os parlamentares a apoiarem uma proibição internacional de sistemas de armas autónomos para impedir o seu desenvolvimento e implantação.
- (ii) **Apela** aos decisores políticos para que adotem uma perspetiva interseccional, considerando como as armas autónomas podem afectar desproporcionadamente grupos com base na raça, classe, género e outras identidades sociais.
- (iii) **Apela** a uma acção urgente para abordar e combater os sistemas subjacentes de militarismo e patriarcado que promovem e sustentam o desenvolvimento de armas autónomas.
- (iv) **Encoraja** uma mudança de paradigma no financiamento da militarização para a construção da paz, através da reafecção de recursos dos orçamentos da defesa para iniciativas que promovam a paz, a justiça e a igualdade.

6.3 Medidas destinadas a melhorar a transparência e a integridade eleitorais para prevenir a violência pós-eleitoral e reforçar a confiança nos processos eleitorais

- (i) **Encoraja** os Estados-Membros a promoverem ciclos eleitorais conclusivos, reforçando as instituições do Estado para resolver questões de influência profunda do Estado.
- (ii) **Exorta** os Estados-Membros a reforçarem os mecanismos de independência e responsabilização das comissões eleitorais para garantir a integridade eleitoral e fomentar a confiança das partes interessadas.
- (iii) **Exorta ainda** o FP da SADC a defender a transposição da Lei Modelo da SADC sobre Eleições para alinhar as leis dos Estados Membros com as normas regionais e internacionais, garantindo a igualdade de tratamento de todos os partidos políticos.
- (iv) **Exorta também** os Estados-Membros a considerarem a implementação de iniciativas de verdade e reconciliação para quebrar os ciclos de violência e desinformação e promover a confiança no processo eleitoral e na democracia.
- (v) **Incentiva** os Estados-Membros a investirem no desenvolvimento da juventude para cultivar uma geração de líderes qualificados, pan-africanos e competentes como o bem mais valioso de África.
- (vi) **Encoraja** os Estados Membros a identificarem e responderem activamente às necessidades das populações marginalizadas e vulneráveis através de abordagens específicas, incluindo a protecção dos seus direitos eleitorais em contextos específicos, como parte dos esforços mais amplos de construção da nação.

6.4 Como os Estados Membros da SADC podem Proteger os Direitos Eleitorais

Exorta os Estados-Membros a:

- (i) Utilizar análises de dados e inquéritos baseados na comunidade para identificar grupos pouco informados e colaborar com líderes religiosos e tradicionais para divulgar eficazmente a informação eleitoral.
- (ii) Aplicar salvaguardas rigorosas contra a intimidação e as más práticas eleitorais para garantir um ambiente seguro para todos os eleitores.
- (iii) Fornecer formação e acompanhamento exaustivos aos membros das mesas de voto, com sanções claras para qualquer conduta incorrecta, a fim de manter a integridade do processo de votação.
- (iv) Implementar sistemas de votação electrónica de fácil utilização que permitam a todos os cidadãos, incluindo os que têm um nível de literacia limitado, participar com confiança e de forma independente.
- (v) Reforçar os órgãos eleitorais independentes para supervisionar as eleições e garantir que as petições eleitorais sejam tratadas por um sistema judicial imparcial para defender os direitos eleitorais.

6.5 Estratégias para Combater a Disseminação de Desinformação e Propaganda nas Redes Sociais Durante as Eleições, Equilibrando a Liberdade de Expressão

Exorta o FP SADC a:

- (i) Alavancar a sua liderança na elaboração de normas, socialização e advocacia para a transposição, juntamente com a sua parceria com a AAEA e a ECF-SADC, para integrar os Princípios e Directrizes como um quadro para aproveitar os benefícios dos meios de comunicação digitais e sociais e, ao mesmo tempo, combater os danos associados nas eleições.
- (ii) Ajudar os Parlamentos Membros a incorporar os Princípios e Directrizes, identificando áreas de acção e “frutos fáceis de colher” no documento.
- (iii) Colaborar com a AAEA e a ECF-SADC para proporcionar aos Parlamentos Membros a criação de parcerias com empresas de redes sociais para facilitar o envolvimento digital responsável, promover a transparência na informação eleitoral em linha e abordar questões relacionadas com a desinformação nos processos eleitorais.
- (iv) Utilizar o seu poder de convocação para abordar com autoridade formas de atenuar os benefícios e os danos dos meios de comunicação social e digitais durante as eleições.

6.6 Como é que os Sistemas Eleitorais e os Processos Políticos podem ser Reformados para uma Maior Participação e Representação da Juventude nas Eleições e na Governação?

Exorta os Estados Membros da SADC a:

- (i) Introduzir quotas para os jovens, integrar funções consultivas para os jovens na governação e reduzir as barreiras para os candidatos jovens e mulheres jovens através da revisão das leis eleitorais.
- (ii) Expandir a educação cívica adaptada aos jovens, fornecer recursos para actividades políticas lideradas por jovens e estabelecer mentoria e apoio financeiro para jovens candidatos, incluindo a utilização de plataformas digitais e redes sociais para aumentar a sensibilização e o envolvimento.
- (iii) Combater a violência política e a violência baseada no género, criar espaços de trabalho seguros e proteger os jovens líderes contra o assédio, a fim de permitir uma participação significativa dos jovens e promover o desenvolvimento da liderança.
- (iv) Investir na literacia digital, na utilização responsável das redes sociais e em tecnologias acessíveis, como a votação electrónica e o registo digital, para reforçar o envolvimento dos jovens e facilitar uma participação eficiente nas eleições.
- (v) Colaborar com as ONG, a sociedade civil e as organizações de jovens para reforçar a capacidade de liderança dos jovens, incentivar o diálogo inter geracional e promover a defesa da representação dos jovens nas políticas e na governação com base na comunidade.

Dep. Leonard MWALWANDA
PRESIDENTE

Sr. Sheuneni KURASHA
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

8.0 ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE FUNCIONÁRIOS

- (i) Boemo Sekgoma, Secretária-geral, Secretariado do FP-SADC
- (ii) Joseph Manzi, Director de Assuntos Parlamentares e Programas , Secretariado do FP-SADC
- (iii) Sheuneni Kurasha, Gestora de Programas e Secretária da Comissão para a Democracia, Governação e Direitos Humanos e GEWAYD, Secretariado do FP SADC
- (iv) Rachel Mundilo, Gestora do Programa FANRCJ, Secretariado do FP-SADC
- (v) Masenate Molapo, Gestora do Programa TIFI, Secretariado do FP-SADC
- (vi) Dr. Moses Magadza, Responsável da Comunicação Social, Secretariado do FP-SADC
- (vii) Ronald Windwaai, funcionário de TIC, Secretariado do FP-SADC
- (viii) Paulina Kanguatjivi, Assistente e Coordenadora Encarregada de Procedimentos, Secretariado do FP-SADC

ANEXO II - LISTA DE PERITOS E CIDADÃOS QUE APRESENTARAM OBSERVAÇÕES DURANTE A AUDIÇÃO PÚBLICA

O papel dos Estados Membros da SADC na protecção dos direitos eleitorais e no acesso à informação das populações marginalizadas e vulneráveis - Nsama Patrick Mpundu, Presidente do Parlamento dos Jovens da SADC, Zâmbia Email: nsamapatrickmpundu@gmail.com
Apresentação do Relatório sobre o Estado Global da Democracia 2024 e as Implicações para os Parlamentares com enfoque na África Austral - Olufunto Akinduro, International IDEA Email: g.matenga@idea.int
INTERVALO
Apresentação sobre os Princípios e Directrizes para a Utilização dos Media Digitais e Sociais nas Eleições em África e oportunidades de colaboração com os Parlamentares na sua domesticação na Região da SADC -Dr. Victor Shale, IEC África do Sul Email: shalev@elections.org.za cc. Hilda Modisane, Fórum das Comissões Eleitorais dos Países da SADC (ECF-SADC) E-mail: hmodisane@ecfsadc.org
Reforçar o papel dos partidos políticos na consolidação democrática na África Austral - Dr. Augustine Magolowondo, Democracy Works Foundation, Malawi Email: amagolowondo@democracyworksfoundation.org
Alavancar as reformas dos sistemas eleitorais e dos processos políticos para uma maior participação e representação da juventude nas eleições e na governação na Região da SADC - Misheck Gondo, Fórum da Juventude da África Austral Email: sayof.sadc@gmail.com
Reformar os sistemas eleitorais e os processos políticos para uma maior participação e representação dos jovens nas eleições e na governação? UN Women- África Oriental e Austral Email: maureen.shonge@unwomen.org
INTERVALO DO ALMOÇO
<ul style="list-style-type: none"> • Medidas destinadas a melhorar a transparência e a integridade eleitorais a fim de evitar a violência pós-eleitoral e reforçar a confiança no processo eleitoral? • Protecção dos direitos eleitorais, em especial das populações marginalizadas e vulneráveis? - Tendai Mbanje (Doutoramento em Direito Internacional dos Direitos Humanos, com ênfase nos processos eleitorais no âmbito da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais), The African Centre for Governance, Email: tumelo@africancentregov.org
Medidas para melhorar a transparência e a integridade a fim de evitar a violência pós-eleitoral e reforçar a confiança no processo eleitoral - Dep Francois Musampwa Email: fmusampwa@gmail.com

Armas ligeiras e de pequeno calibre Definição de objectivos nacionais no Protocolo da SADC, UNPoA - Sra. Pauline Demper, Coordenadora Nacional do NANGO Trust, Namíbia Email: Survivor_july89@yahoo.com

Declaração Política sobre Armas Explosivas em Áreas Populacionais - Um Apelo à Universalização - Joseph Dube, Director, Desarmamento e Controlo de Armas, África do Sul Email: joseph@polka.co.za

Parem os Robôs Assassinos: Apelo aos Membros do Parlamento para que assinem o Compromisso - Edwick Madzimore, Director, WILPF Zimbábue Email: beemadzimore@gmail.com